

# ABUSO DE PODER DO ESTADO: VITIMIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE PELAS SANÇÕES POLÍTICAS

*José Eduardo Silvério Ramos\**

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. Competência tributária; 3. Vitimologia: norma x desvio; 3.1. Vitimologia da reação social e desvio de conduta do Estado e do contribuinte; 3.2. Rotulação de contribuintes inadimplentes como sonegadores; 4. Abuso de poder do Estado e sanções políticas; 4.1. Inconstitucionalidade do art. 43 da Lei nº 7000/2001 do Estado do Espírito Santo; 5. Conclusões;

## 1. Introdução

O Poder Constituinte Originário de 1988 outorgou aos entes da federação competência tributária. Nosso sistema constitucional tributário é rígido; a competência tributária distribuída é taxativa, de forma que a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios somente podem instituir os tributos que expressamente foram-lhe atribuídos na Constituição da República Federativa do Brasil. Como única exceção à regra, a União poderá através da competência residual instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos no texto constitucional, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na constituição. Mas as unidades da federação, ao exercitarem sua

\* Advogado ES. Mestrando em Políticas Públicas e Processo na Faculdade de Direito de Campos - FDC, Pós-graduado em Direito Material e Processual Tributário e membro do CIPET - Centro Integrado e Participativo de Estudos Tributários.

competência tributária, constantemente excedem aos poderes que lhes foram outorgados, violando as garantias constitucionais destinadas à proteção dos contribuintes. Com isso, os contribuintes freqüentemente são vítimas do Estado. Em decorrência do excesso de tributação, os contribuintes não suportam a carga tributária que lhes é imposta, tornando-se inadimplentes com o Estado. Em decorrência da inadimplência, são taxados de sonegadores e o Estado abusa de seu poder ao instituir as denominadas sanções políticas aos contribuintes, como forma de coibi-los ao pagamento dos tributos.

## **2. Competência tributária.**

Pode-se definir competência tributária como o poder atribuído pelo Poder Constituinte às unidades da federação para instituir tributos. O sistema constitucional tributário brasileiro é rígido, as competências tributárias estão expressamente descritas no texto da Constituição da República Federativa do Brasil e os entes tributantes somente poderão instituir os tributos que lhe foram atribuídos.

Segundo Aliomar Baleeiro: “nos países de Constituição rígida e de controle judiciário das leis e atos administrativos, os princípios que a Ciência das Finanças apurou em sua compósita formação política, moral, econômica ou técnica são integradas em regras estáveis e eficazes. Funcionam como limitações constitucionais ao poder de tributar. Nenhuma constituição excede a brasileira, a partir da redação de 1946, pelo zelo com que reduziu as disposições jurídicas aqueles princípios tributários. Nenhuma outra contém tantas limitações expressas em matéria tributária financeira. Por isso mesmo, a interpretação e a aplicação daqueles dispositivos não podem dispensar as elaborações da Ciência das Finanças, velha fonte de onde afinal

promanaram. O sistema tributário movimenta-se sob complexa aparelhagem de freios e amortecedores, que limitam os excessos acaso detrimientosos à economia e à preservação do regime e dos direitos individuais. De modo geral, em virtude da rígida discriminação de rendas esboçadas no Ato Adicional de 1834 e que progressivamente se estabeleceu no país desde a Constituição de 1891 e qua atingiu ao máximo depois da Emenda nº 18, de 1965, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios estão adstritos às normas inflexíveis de competência. Elas limitam o poder de tributar de cada uma das pessoas de Direito Público. O Fisco de cada entidade pública só decretará o tributo que lhe foi expressamente atribuído pelos arts. 18 e 21 a 26 da Emenda Constit. n.º 1, de 17-10-1969. Cada Estado ou Município instituirá e arrecadará os tributos que lhe pertencem em função da área geográfica de sua jurisdição ou de seu governo. E o D. F., os de um e outro (art. 18, § 4º, da Emenda n.º 1/1969)."<sup>1</sup> Essas disposições constitucionais constam na Constituição de 1988, que manteve a rígida discriminação de competências tributárias.

Devem ainda ser observados os princípios constitucionais tributários que, segundo Aliomar Baleeiro, funcionam como "limitações constitucionais ao poder de tributar."<sup>2</sup>

Dentre os princípios constitucionais tributários, segundo Hugo de Brito Machado,<sup>3</sup> os mais importantes são: 1) princípio da legalidade (art. 5º, II e 150, I, da CRFB), com exceções constitucionalmente previstas, que permitem ao Poder Executivo alterar as alíquotas, respeitando o limite mínimo e máximo previsto em lei, de

<sup>1</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977. p. 02/03.

<sup>2</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977. p. 04.

<sup>3</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 39/48.

certos impostos (importação de produtos estrangeiros, exportações, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores mobiliários); 2) princípio da anterioridade (art. 150, III, e § 1º da CRFB), que veda a cobrança de tributos no exercício financeiro em que foi instituído ou majorado o tributo, observando-se ainda a anterioridade nonagesimal, na forma do § 1º do art. 150, da CRFB, acrescentado pela Emenda Constitucional 42/2003; 3) princípio da igualdade, que determina a aplicação de tratamento igualitário aos contribuintes em situação de igualdade; 4) princípio da competência, que tem como exceção a competência residual da União (art. 154, CRFB); 5) princípio da capacidade contributiva, segundo o qual sempre que possível os impostos observarão a capacidade contributiva; 6) princípio da vedação ao confisco: é vedada a instituição de tributo com natureza confiscatória; e 7) princípio da liberdade de tráfego, sendo vedado o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pelo uso de vias conservadas pelo poder público (art. 150, V, da CRFB).

### 3. Vitimologia: norma x desvio.

Segundo Lola Aniyar de Castro,<sup>4</sup> “a cultura é um conjunto de símbolos, de significados, de crenças, de atitudes e de valores, que têm como características o fato de serem transmissíveis e de serem apreendidos. Quando esta cultura penetra na personalidade, o faz através de um processo que se denomina *processo de socialização*. (...) Esse processo de socialização é contínuo; não termina nunca,

---

<sup>4</sup> CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da Reação Social*. Tradução e acréscimos de Ester Kosovisk. Rio de Janeiro: Forense, 1983. p. 10/11.

porque o indivíduo deve ir-se adaptando às mudanças sociais, que são cada vez mais rápidas, e interioriza-las.”

Da sua doutrina extrai-se que “as pessoas na sociedade têm diferentes papéis a representar” e “estes papéis proporcionam determinados direitos e obrigações”. O Estado, p. ex., deve observar as normas previstas na Constituição ao instituírem tributos e os contribuintes devem observar a lei e recolher os tributos à qual a lei assim os obriga. “O contrário seria uma conduta desviada.”

E continua, “estas obrigações, a que nos referimos, são coisas que os demais esperam que se cumpram. Isto é o que se chama *expectativas sociais*. Quando estas expectativas sociais são suficientemente fortes e compartilhadas pela maioria, adquirem autoridade e se convertem em *normas sociais*. A validade destas normas sociais não depende nem de que elas sejam justas, nem de que sejam inteligentes, nem de que sejam racionais. A sua validade depende do fato de que significam um *padrão* de juízo, ou o que é o mesmo, expectativas da média da população. Elas permitem aos outros, o direito de fazê-las valer e aplicar uma sanção a quem as viole. O exemplo mais preciso da norma é a lei.”

O desvio pode ser definido, como a inobservância de uma norma de conduta. A norma pode ser moral ou decorrente de lei. O desvio será sempre a violação da norma de conduta.

O desvio pode ser classificado como positivo ou negativo: “segundo o seu grau de aproximação à conduta mais freqüentemente encontrada em uma dada sociedade, o desvio será mais ou menos acentuado: e é mais desviada a conduta, à medida que se aproxima dos extremos, nos quais a freqüência é descrecentemente muito menor. Segundo a direção tomada pela conduta (se para os atos santos ou se para os atos delitivos), o desvio será considerado *positivo* ou *negativo*.”<sup>5</sup>

E “a qualificação do desvio é relativa à sua posição espacial e temporal, o que faz com que suas conseqüências

---

<sup>5</sup> CASTRO, Lola Aniyar. Op. cit., p. 12.

sejam variáveis. Depende dos sentimentos e reações que desperte nos demais. Esta resposta do grupo ou da audiência social é o que se chama *reação social*. (...) A reação social pode ser de *tolerância*, de *reprovação* ou de *desaprovação*.<sup>6</sup>

Nem sempre a conduta tida como ilícita, desviante, é reprovada pela sociedade e, da mesma forma, o desvio reprovado pela sociedade é contrário à lei. Para Lola Aniyar Castro “isto significa que não há uma correspondência exata entre os valores sociais, quer dizer, entre o que dentro da sociedade se considera desvio do ponto de vista das normas sociais, e os valores jurídicos. Portanto, *nem toda conduta delitiva é desviada*. Por igual, como acabamos de ver, *nem toda conduta desviante é delitiva*. Os que afirmam que a correspondência é exata, o fazem para sustentar a autoridade moral e a legitimidade da lei, e esquecem, primeiro, que a lei é imposta por quem tem mais poder e de acordo com seus interesses, e segundo, que as normas de controle social formal, especialmente as leis, não seguem o mesmo ritmo de evolução que as normas sociais. O corpo de normas legais mais estável que existe é talvez o do Código Penal. Mas a estagnação, a resistência à mudança, é uma característica geral das instituições. Conseqüentemente, a conduta delituosa e a conduta desviada podem coincidir em um determinado momento, porém não são necessariamente a mesma coisa.”<sup>7</sup>

### 3.1. Vitimologia da reação social e desvio de conduta do Estado e do contribuinte.

A reação da sociedade à conduta desviante é variável, podendo ser de *tolerância*, de *reprovação* ou de *desaprovação*.

O Estado incorre em conduta desviante quando viola as normas constitucionais de competência tributária (instituinto tributo não previsto na Constituição, extrapolando

<sup>6</sup> CASTRO, Lola Aniyar de Castro. Op. cit., p. 13/14.

<sup>7</sup> CASTRO, Lola Aniyar de Castro. Op. cit., p. 17.

a hipótese de incidência prevista na Constituição, instituindo tributo atribuído a outro ente de federação) e os princípios constitucionais tributários, que funcionam como limitações constitucionais ao poder de tributar. A vítima é coletiva; os contribuintes são vítimas da conduta desviante.

Haverá, também, conduta desviante quando o contribuinte não observa a lei e deixa de recolher o tributo devido. Nesse caso a vítima é o Estado e a própria sociedade, pois o Estado necessita da receita tributária, porque “além da função de órgão monopolizador do poder, o caráter de sistema orgânico de serviços públicos para satisfazer as necessidades gerais da população.”<sup>8</sup>

A situação brasileira deve ser analisada para aferição da reação social sobre os desvios do Estado e dos contribuintes.

Há um paradoxo em nosso país: uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, perdendo apenas para pouquíssimos países desenvolvidos, tendo atingido aproximadamente 40% (quarenta por cento) do PIB no primeiro semestre de 2004 e ao mesmo tempo a ineficiência da Administração Pública em administrar a receita arrecada, que em grande parte é corroída pelo alto índice de corrupção, que segundo relatório, divulgado neste ano de 2004, pela organização não-governamental Transparência Internacional<sup>9</sup> pontuou o Brasil com 3,9 em uma escala de 0 a 10 (em que 10 corresponde ao menor grau de corrupção), classificado em 59º lugar no ranking.

O relatório apontou a corrupção nos projetos públicos de grande porte como um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento sustentável ao diminuir os investimentos públicos básicos na educação, saúde e redução da pobreza; que 60% dos gastos públicos são aplicados em contratações públicas e em contratações do Estado no setor privado e

<sup>8</sup> BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças; Rio de Janeiro: Forense, 1996. 4 ed., p. 01.

<sup>9</sup> Artigo: Brasil fracassa em reduzir corrupção, indica estudo. UOL – Universo On Line; 20.10.2004.

que existe um custo 30% maior nas contratações do Estado por causa da corrupção e do suborno.”

A conduta desviante do Estado no abuso do poder de tributar será sempre reprovável, por ser contrária ao constituído Estado Democrático de Direito (art. 1º, CRFB), onde o Estado deve sempre zelar pelo cumprimento das normas constitucionais.

Por outro lado, qual a reação da sociedade diante da conduta desviante do contribuinte que deixa de recolher o tributo exigido por lei num país onde a carga tributária é elevadíssima, a ineficiência da Administração Pública reflete na deficiência da educação, saúde, segurança pública e, além da ineficiência, grande parte da receita tributária não reverte em favor da sociedade em decorrência do alto índice de corrupção?

Não há na sociedade sentimento de reprovação quanto ao contribuinte que deixa de recolher o tributo devido, porque a receita tributária não é utilizada satisfatoriamente em prol da sociedade. Ao contrário, parte da sociedade aprova essa conduta desviante com a justificativa de que quanto mais puder deixar de pagar tributo melhor, pois não estará sustentando as mordomias dos detentores do poder e enriquecendo aqueles que desviam o dinheiro público. Esse comportamento social é notório, embora não se tenham dados estatísticos, como se perceber em matérias constantemente publicadas na imprensa televisiva e impressa.

Segundo Aliomar Baleeiro,<sup>10</sup> o aspecto técnico da despesa pública busca “como obter o máximo de eficiência e de conveniência social com o mínimo de sacrifício pecuniário correspondente. Ou como desse sacrifício se poderá esperar o maior rendimento de proveitos para a comunidade politicamente organizada.” E esse objeto, no Brasil, está muito longe de ser alcançado.

---

<sup>10</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 70.



### **3.2. Rotulação de contribuintes inadimplentes como sonegadores.**

Vítimas do excesso de poder de tributar, os contribuintes não suportam a excessiva carga tributária brasileira, que no primeiro semestre de 2004 girou em torno de 40% (quarenta por cento) do PIB.

Ao deixarem de pagar os tributos que lhes são impostos os contribuintes inadimplentes ainda são taxados de sonegadores pelo Estado. Deve-se distinguir sonegação de inadimplência, porque na primeira situação há conduta dolosa do contribuinte de fraudar o Fisco, que utiliza meios diversos para burlar a fiscalização e pagar menos tributo, enquanto na inadimplência o contribuinte cumpre os deveres instrumentais previstos na legislação tributária, prestando todas as informações ao fisco e simplesmente deixam de recolher o tributo na data de vencimento.

### **4. Abuso de poder do Estado e sanções políticas.**

Dentre os princípios fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, verifica-se que “a república federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos” (art. 1º) “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (art. 1º, inciso IV).

A livre iniciativa é, portanto, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito.

E dentre os direitos e garantias fundamentais (título II, CRFB), é consagrado o direito individual de “livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5º, inciso XIII, CRFB).

Essa norma constitucional, segundo a classificação de José Afonso da Silva, possui eficácia restringível pelo

legislador infraconstitucional, sendo de competência privativa da União legislar sobre “condições para o exercício de profissões” (art. 5º, XIII, da CF). Mas as restrições devem ater-se única e exclusivamente à qualificação profissional própria a determinado mister ou que vise proteger o interesse público nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente, etc.

Essa garantia não é restrita às pessoas físicas, sendo aplicável, da mesma forma, as pessoas jurídicas, como bem observou o constitucionalista Pinto Ferreira,<sup>11</sup> ao dizer que “a liberdade de profissão não é somente a liberdade de exercer determinada profissão, pois também cabe às pessoas jurídicas. Assim sendo, o preceito constitucional é amplo e abrangente, para assegurar a liberdade de escolha de profissão ou tipo de trabalho, indústria ou comércio, extensivo às pessoas jurídicas. O exercício da atividade mercantil baseia-se destarte no preceito constitucional da liberdade de profissão (RT, 306:767).”

Da ordem econômica e financeira, tem-se como princípio geral que a ordem econômica é “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” (art. 170, CRFB), sendo “assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei” (art. 170, parágrafo único, CRFB).

Subsume-se desses princípios e garantias constitucionais que o Estado não poderá utilizar-se de meios coercitivos que, com o fim de coibir o contribuinte a quitar seus débitos, impeça ou restrinja o exercício de sua profissão ou de sua atividade econômica. A proteção se estende a todos contribuintes; as pessoas físicas e as jurídicas.

Cabe ao Estado buscar satisfazer seu crédito através de cobrança extrajudicial (lavrando auto de infração ou notificação de débito contra o contribuinte inadimplente

---

<sup>11</sup> Comentários à Constituição Brasileira - 1º volume: arts. 1º a 21; São Paulo: Saraiva, 1989. p. 88.

e intimando-o a pagar o tributo) ou judicialmente através do processo de execução fiscal, quando o contribuinte intimado do auto de infração ou notificação de débito permanecer inadimplente, gozando de todos os privilégios processuais que lhe são atribuídos pela Lei de Execução Fiscal e demais disposições legais aplicáveis.

A contrário senso, não poderá o Estado abusar do seu poder e constranger o contribuinte, p. ex., suspendendo seu cadastro junta a repartição fazendária, exigindo certidão negativa de débito para atualização do cadastro, negando autorização de impressão de documentos fiscais, etc.

Para a professora Ester Kosovski “o abuso de poder político é a forma mais grave de abuso de poder, pois tem consequências mais sérias e feitos mais prolongados. (...) O abuso de poder político tem sempre efeitos secundários, desde a perda de autoridade moral até danos sérios à coesão social, à economia e à estabilidade política. No delito comum, a vítima é apoiada pelo Estado (...) No abuso de poder político acontece o oposto, e muitas das condutas abusivas são cometidas em nome da lei e da ordem, dando-lhes um caráter de legitimidade formal.”<sup>12</sup>

Como já disse Ruy Barbosa Nogueira,<sup>13</sup> “parece que dispondo o fisco o privilégio da execução fiscal, que desde logo se inicia pela penhora de bens do devedor, as chamadas sanções políticas não passam de resquícios ditatoriais, que deveriam desaparecer de nossa legislação, pois no Estado Democrático de Direito, não nos parece que seja justo à administração fazer uma verdadeira execução da dívida por suas próprias mãos e, nesse caso, ele efetivamente a faz, pois não convoca o Poder Judiciário e muitas vezes corresponde, *mutatis mutandis*, à verdadeira pena de morte, ou seja, ruína econômica das empresas, antes do julgamento pelo Poder Judiciário.”

<sup>12</sup> KOSOVSKI, Ester. Artigo: *Abuso de Poder, Vítimas do Poder Público*.

<sup>13</sup> *Curso de Direito Tributário*. 9ª ed., 1989. p. 209.

E segundo Ricardo Corrêa Dalla,<sup>14</sup> “as multas denotam fenômenos sociais indignos e injustos quando aplicadas sobre o contribuinte como um chicote, uma vez que indistintamente consideram o agente econômico como sendo sempre um bandoleiro, preconceito disseminado no País. Suas formas, primitivas e intimidativas, extrapolam até mesmo permissivos legais, quando acionadas ou aplicadas com outras sanções não previstas em lei complementar, como v. g., a apropriação da produção, do transporte, encerramento das atividades, recusa de fornecer certidão negativa, interdição de estabelecimento, suspensão de inscrição no cadastro de contribuintes etc., refletindo desse modo constrições políticas oblíquas muitas vezes não pecuniárias para o erário público, mas de efeitos jurídicos fulminantes para o contribuinte. Além do mais única modalidade admitida pelo artigo 97, V, do CTN são as multas pecuniárias, sendo que a exceção existente é para os impostos aduaneiros, quando é até mesmo possível levar a leilão mercadoria ingressada por contrabando ou descaminho [...]”

A inconstitucionalidade das sanções políticas é matéria já sumulada pelo Supremo Tribunal Federal: “é inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributos” (Súmula 70); “é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos” (Súmula 323) e “não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais” (Súmula 547).

---

<sup>14</sup> *Multas Tributárias Natureza Jurídica, Sistematização e Princípios Aplicáveis*; Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 04.

#### **4.1. Inconstitucionalidade do art. 43 da Lei nº 7000/2001 do Estado do Espírito Santo.**

Prescreve o art. 43 da Lei nº 7.000/2001 do Estado do Espírito Santo que “a pessoa física ou jurídica, ou firma individual, inscrita, que deixar de recolher o imposto devido, por ela declarado ou escriturado, durante 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) alternados, ou que for omissa em relação à apresentação da declaração de operações tributáveis ou das declarações ou informações de que trata o art. 59, será suspensa do cadastro de contribuintes, até que supra a ocorrência faltosa, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Lei (Nova redação dada ao parágrafo único pela Lei n.º 7.457, de 31.03.03, efeitos a partir de 01.04.03)”.

A lei acima transcrita é flagrantemente inconstitucional, por ser sanção política, caracterizando abuso de poder do Estado, não sendo lícito ao Fisco constranger o contribuinte suspendendo sua inscrição para obriga-lo a quitar seus débitos, ou utilizando qualquer outro meio coercitivo, não encontrando a legislação estadual fundamento de validade na Constituição da República Federativa do Brasil por afrontar o Estado Democrático de Direito (art. 1º, CRFB), os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, inciso IV, CRFB); o direito individual de livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, inciso XIII, CRFB) e a o princípio geral da ordem econômica e financeira que é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa (art. 170, CRFB), sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (art. 170, parágrafo único, CRFB).

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo tem repellido a suspensão da inscrição estadual dos contribuintes em

débito. O Tribunal Pleno decidiu que<sup>15</sup> “estando comprovado que o Fisco Estadual, sob a justificativa de aumentar a receita estadual, suspendeu a inscrição da autora, impossibilitando-a de exercer suas atividades mercantis, com o propósito de coagi-la ao pagamento de ICMS, resta evidente a lesão, bem com o ato abusivo e ilegal da autoridade coatora”. Em decisão recente, decidiu a Segunda Câmara Cível:<sup>16</sup> “1- É flagrantemente ilegal a cobrança das “sanções políticas”. O Fisco tem o direito de arrecadar os tributos devidos, mas deve fazê-lo através de instrumentos consagrados em lei. 2- A suspensão da inscrição estadual caracteriza cerceamento do exercício das atividades da empresa agravada, com graves repercussões sociais em toda órbita de sua atuação comercial, atingindo a esfera patrimonial de seus fornecedores, clientes, funcionários e os respectivos núcleos familiares. Decisão mantida”. A Terceira Câmara Cível:<sup>17</sup> “(...) Indeferimento de inscrição de pessoa jurídica no cadastro de contribuintes do estado - ato coativo do fisco – Lei nº 4.900/94 (...) Ao invés de procurar receber o seu crédito através das competentes execuções fiscais, o fisco procura exercer ato coativo, o que faz através de via administrativa e ao exercer a atividade para a qual haveria necessidade, ainda, de provocação jurisdicional. (...) ainda mais, considerando-se o fim social das sociedades empresariais, eis que indispensáveis ao desenvolvimento do país”.

Além das Súmulas do Supremo Tribunal Federal transcritas no item anterior, o Superior Tribunal de Justiça

---

<sup>15</sup> TJES, Tribunal Pleno, Mandado de Segurança nº 100000022747, Data de Julgamento 07/06/2001, Data de Leitura 02/08/2001, Desembargador Titular: JOSÉ EDUARDO GRANDI RIBEIRO, fonte: [www.tj.es.gov.br](http://www.tj.es.gov.br).

<sup>16</sup> TJES, 2ª Câmara Cível, Agravo Regimental na Ação Cautelar nº 100030037111, Rel. Des. Alinaldo Faria de Souza, Agravante: Estado do Espírito Santo, Agravado: Mocal Moageira de Minérios Cachoeiro S/A, j. 22.07.2004.

<sup>17</sup> TJES, 3ª Câmara Cível, Apelação Cível nº 024940068521, Desembargador Titular Maurílio Almeida de Abreu, Data de Julgamento: 11/06/1996, Data de Leitura: 01/07/1996.

decidiu que:<sup>18</sup> “inscrição no cadastro de contribuintes de ICMS. É inadmissível o indeferimento como meio coercitivo para cobrança de tributos. Precedentes do STF. Regimental não provido”. Noutra oportunidade decidiu que:<sup>19</sup> “não é lícito à autoridade coatora proibir o exercício das atividades profissionais pelo contribuinte que se encontra em débito. (Súmula nº 547/STF)”.

E o Tribunal Regional Federal da 4ª Região:<sup>20</sup>

“Tributário. Cadastro geral de contribuintes. Alteração. A alteração no C.G.C não pode ser condicionada à exigência de apresentação de certidão negativa de débito, eis que a existência de débitos fiscais não restringe o livre exercício da atividade econômica”.

Cabe ao Fisco acionar o Poder Judiciário para satisfazer seu crédito, gozando dos privilégios que lhe são conferidos pela Lei de Execução Fiscal, ao invés de agir arbitrária e ilegalmente, abusando de seu poder e fazendo uso das sanções políticas, chegando a inviabilizar o exercício da atividade econômica do contribuinte para forçá-lo a pagar seu débito.

## 5. Conclusões

Conclui-se que o Estado deve observar as normas constitucionais de competência tributária ao instituir ou

<sup>18</sup> Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 367.909-6 MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, j. 14.05.2002, DJ 23,08.2002, ementário nº 2079-8.

<sup>19</sup> Primeira Turma; Agravo Regimental no Agravo de Instrumento - AGA 421470/PR (2001/0151382-6); Rel. Min. Garcia Vieira, Fonte DJ 21/10/2002; p. 00289; Data da Decisão: 06/06/2002.

<sup>20</sup> Ac un da 1ª T do TRF da 4ª R - REO em MS 1998.04.01.078388-2/SC - Rel. Juiz Guilherme Beltrami - j 03.08.00 - Partes: 3R do Brasil Com. e Representações Ltda. e União Federal/Fazenda Nacional - DJU - e 2 06.09.00, p 91. Fonte Repertório IOB de Jurisprudência - 1ª quinzena de novembro de 2000 - nº 21/2000 - Caderno 1 - Ementa nº 15.283, p. 532.

majorar tributos, sob pena de inconstitucionalidade da lei e afronta ao princípio fundamental do Estado Democrático de Direito (art. 1º, CRFB).

A receita tributária deve ser otimizada em prol da sociedade e para isso a Administração Pública deverá ser eficiente, transparente e combater eficazmente a corrupção.

Os contribuintes inadimplentes devem ser distinguidos dos sonegadores e o Fisco deve utilizar-se de meios legítimos para recebimento de seus créditos, banindo o abuso de poder e as sanções políticas aos contribuintes inadimplentes.

A diminuição da excessiva carga tributária e a idoneidade e eficiência da Administração Pública na utilização da receita pública, a reversão dessa em benefício da sociedade, possibilitará que os contribuintes possam desenvolver suas atividades econômicas, gerando o desenvolvimento do país e a conscientização do dever de recolher ao Estado o tributo devido.

## Referências:

BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar; Rio de Janeiro: Forense, 1977, 5ª ed.

BALEEIRO, Aliomar Baleeiro. *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*. 7ª ed. Atualizado por Mizabel Abreu Machado Derzi; Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BALEEIRO, Aliomar Baleeiro. *Introdução à Ciência das Finanças*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

CASTRO, Lola Aniyar. *Criminologia da Reação Social*; tradução e acréscimos de Ester Kosovisk; Rio de Janeiro: Forense, 1983.



DALLA, Ricardo Corrêa. *Multas Tributárias Natureza Jurídica, Sistematização e Princípios Aplicáveis*; Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei nº 7000, de 2001, do Estado do Espírito Santo.

MACHADO, Hugo de Brito. 20ª ed. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de Direito Tributário*, 9ª ed., 1989.

KOSOVSKI, Ester. Artigo: *Abuso de Poder, Vítimas do Poder Público*.

UOL - Universo On Line. Artigo: Brasil fracassa em reduzir corrupção, indica estudo, 20.10.2004.????

## RESUMO

Este trabalho aborda a questão da competência tributária dos entes federativos e os limites do poder de tributação destes entes. Aponta que a fiscalização tributária deve distinguir entre os contribuintes inadimplentes dos sonegadores, devendo o órgão fiscalizador deve utilizar apenas dos meios legítimos para recebimento de seus créditos, banindo o abuso de poder e sanções políticas aos contribuintes inadimplentes.

## ABSTRACT

This work faces the question of tax jurisdiction and the limits of taxation power by the State. It points out that tax collection officials must distinguish default from tax evasion, being that the tax collection office must use only the legitimate means to receive the due amounts, banning power abuse and political sanctions to those in default..